

O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil

**Rural women protagonism - atemporal reality:
The case of Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil**

Gerson José YUNES ANTONIO

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio do Janeiro
Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
do Estado do Rio de Janeiro. Brasil
gersonyunes@yahoo.com.br

Carolina Maria Heliadora de GOES ARAUJO FEIJO BRAGA

Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Brasil.
carolina.heliadora@yahoo.com.br

Renato LINHARES DE ASSIS

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Agrobiologia - Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento. Brasil
renato.assis@embrapa.br

Adriana Maria de AQUINO

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Agrobiologia - Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento. Brasil
adriana.aquino@embrapa.br

RESUMO

As mulheres que vivem em áreas rurais são agentes chave na mobilização para conseguir as mudanças econômicas, ambientais e sociais necessárias visando a sustentabilidade. A identificação do feminino com a natureza e o emocional, em contraposição ao cultural hegemônico e racional, é a chave que abre a porta da falsa legitimidade ocidental para o controle e subordinação das mulheres. O objetivo desse artigo é demonstrar, através de diversas experiências de mulheres, no município de Nova Friburgo, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, Brasil, após evento

climático extremo em janeiro de 2011, o forte protagonismo feminino, determinante no acesso às políticas públicas para o desenvolvimento de propostas agroecológicas e fortalecimento de ações organizativas.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, participação social, agroecologia

ABSTRACT

Rural women are key agents for achieving the economic, environmental and social changes needed aiming at sustainability, but the identification of the feminine with nature and the emotional, as opposed to the cultural hegemonic and rational, is the key that opens the door to false western legitimacy for women's control and subordination. The objective of this article is to demonstrate, through various women experiences, in Nova Friburgo municipality, mountainous region of the Rio de Janeiro state, Brazil, after an extreme climatic event in January 2011, the strong female protagonism, which was decisive in accessing public policies for the development of agroecological proposals and strengthening organizational actions.

KEY WORDS: women, social participation, agroecology

INTRODUÇÃO

Pescadoras, agricultoras, poetisas, artesãs, extrativistas, indígenas, presidentes e quilombolas. A diversidade de atuação das mulheres rurais se reflete no campo. Infelizmente ainda vistas por muitos como meramente ajudantes, as trabalhadoras rurais se destacam em todas etapas do processo produtivo de alimentos e nas atividades relacionadas à geração de renda e ao desenvolvimento econômico e social no campo. Vale ressaltar que essa importância e protagonismo das mulheres ocorre desde os primórdios da humanidade.

Porém, com a divisão social do trabalho no campo, as mulheres, além das atividades compartilhadas com os homens na lavoura, têm também a responsabilidade exclusiva de administrar a esfera doméstica, lhes sendo impostas atividades tidas como “típicas da mulher”. Olascuaga, J. (2016) *apud* Rojas, J. et al. (2017) demonstra que ao se perguntar para um homem, considerando todos os tipos de atividades que as mulheres realizavam, qual elas se destacavam, a resposta é quase sempre: "... cuidar da casa, limpar, cozinhar, lavar ...", o que implica no fato de que são as que

têm mais trabalho não remunerado, não apenas em relação aos homens, mas também em relação às mulheres urbanas.

Esse preconceito, que leva ao esquecimento e invisibilidade das mulheres rurais, vem de um processo histórico, decorrente do patriarcado¹, que coloca a mulher em posição inferior ao homem, majoritariamente numa lógica de subordinação.

Diferentes instrumentos internacionais de política pública com enfoque de gênero se referem as mulheres rurais e promovem ações para remover as desigualdades que as atingem. Muitas dessas situações se concentram nas assimetrias que as mesmas enfrentam nos aspectos econômico-patrimonial, da saúde e educacional, três dimensões chaves para lhes assegurar autonomia e, através desta, uma vida livre de violência (INAM, 2018).

Em seu artigo 14, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), que foi adotada em dezembro de 1979 pela Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, solicita aos Estados adotar “todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais a fim de assegurar condições de igualdade entre homens e mulheres, sua participação no desenvolvimento rural e em seus benefícios”. Nessa direção, faz um chamado para garantir um conjunto de direitos, entre os quais, cabe destacar aqui o acesso ao crédito, aos programas de segurança social, aos serviços adequados de atenção médica – incluindo informação, assessoramento e serviços de planejamento familiar – e a educação e formação em seus distintos níveis e formas, tanto acadêmica como não acadêmica.

A Organização das Nações Unidas (ONU), com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) também faz eco com a necessidade de superar as desigualdades de gênero e com um informe da ONU Mulheres (2015) adverte a respeito: “As mulheres rurais são agentes chave para conseguir as mudanças econômicas, ambientais e sociais necessárias para o desenvolvimento sustentável”. No ODS 5 –

¹ Mecanismos de coerção estrutural responsáveis pela histórica subordinação das mulheres aos homens. Esses mecanismos são descritos como um sistema sexo-gênero, presente na grande maioria das sociedades conhecidas e que se sustenta sobre raízes materiais, mas também ideológicas e simbólicas (Saffioti, H., 1997 e Scott, J., 1995).

igualdade de gênero – prevê a necessidade de “empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos dos homens”. E no ODS 4 – educação de qualidade – prevê “eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação” (Plataforma Agenda 2030, 2015).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a perspectiva de gênero, cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representam 47,5% da população residente no campo no Brasil. Considerando cor e raça das mulheres habitantes de áreas rurais, mais de 56% delas se declaram como pardas, 35% brancas e 7% pretas. As indígenas compõem 1,1% da população rural feminina. Entre as mais de 11 milhões de mulheres com mais de 15 anos de idade que viviam na área rural em 2015, pouco mais da metade (50,3%) eram economicamente ativas. Considerando o rendimento médio, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário mínimo e quase 30% não tinham rendimento (IBGE, 2018).

Em Nova Friburgo, localizada na Região Serrana Fluminense (Estado do Rio de Janeiro), tem atuação importante a Tecle Mulher – Assessoria e Pesquisa no âmbito dos Direitos da Mulher, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com certificação do Ministério da Justiça, que oferece serviço virtual, desde 2006, para encaminhamento às redes de serviços públicos de atendimento já formalizadas ou simplesmente uma resposta de alento, compreensão e ajuda. Também disponibiliza assessoria no campo do direito e violência contra a mulher, e promove pesquisas acadêmicas, atividades, eventos, palestras e capacitações (Tecle Mulher, 2018).

Dados retirados do Dossiê Mulher 2018 do Instituto de Segurança Pública do RJ (ISP, 2017), referentes às denúncias de violência realizadas nas delegacias da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, considerando os três principais municípios, mostra os seguintes índices por 100.000 habitantes: Nova Friburgo – 906; Teresópolis – 824; Petrópolis – 529. Os dois primeiros municípios apresentam proporcionalmente, índices oficiais de violência relacionados às mulheres maiores que os da capital do estado do Rio de Janeiro (659 denúncias/100.000 habitantes). É necessário ressaltar que, segundo pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), apenas 30% das ocorrências são denunciadas.

Mas há avanços importantes na questão de gênero no Brasil. Conforme dados do IBGE, as mulheres estão estudando mais que os homens, tanto as que residem em áreas rurais como urbanas. Na faixa de 25 a 44 anos, com ensino superior completo, são 21,5% de mulheres e 15,6% de homens; com mais de 45 anos a diferença é menor entre os sexos, 12,9% de mulheres e 11,6% de homens (IBGE, 2018). E há uma relação entre estudo e renda, que mostra quanto mais se estuda, maior a renda e menor a necessidade da mulher se submeter, frente a dependência financeira do homem.

O modelo de desenvolvimento agrário, produtivista e excludente, espalhou a promessa da erradicação da fome e da pobreza. No entanto, esse modelo está em questão, sob uma perspectiva social, econômico e ambiental. É necessário utilizar alternativas. Um olhar agroecológico e ecofeminista à modernização agrária não só fundamenta a necessidade de alternativas, como também orienta a construção das mesmas (Roces, I. & Montiel, M., 2011).

O viés antropocêntrico² reforça o etnocentrismo³ e o androcentrismo⁴ ocidental. O desprezo pela natureza é o vetor de valor que une os três vieses evidenciados por diferentes autores ecofeministas⁵, expresso assim por Rocés, I. & Montiel, M. (2011):

“(...) As outras culturas, povos e formas de organização sociocultural, produtiva e política, identificadas com a natureza, não são portanto, dominadas pela tecnologia e pela ciência, frutos prioritários da cultura hegemônica e da razão. A legitimidade assumida para o domínio, exploração e destruição da natureza se projetada sobre as culturas não ocidentais, entre elas as camponesas. Do mesmo modo, a identificação do feminino com a

² Que segue ideologia, ou doutrina, de acordo com a qual o ser humano é o centro do universo, de tudo, sendo ele rodeado por todas as outras coisas (Dicio, 2019).

³ Visão de mundo própria da pessoa que considera a sua sociedade, sua nação, seu país ou grupo étnico superiores aos demais (Dicio, 2019).

⁴ Tendência para colocar o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros (Dicio, 2019).

⁵ Entre outras autoras ecofeministas destaca-se Mellor, Mery (2000): *Feminismo y ecología*. México, Editorial Siglo XXI ou Mies, Maria y Shiva, Vandana. (1997): *Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas*. Barcelona: Ed. Icaria.

natureza e o emocional, em contraposição ao cultural e racional, é a chave que abre a porta da falsa legitimidade ocidental para o controle e subordinação das mulheres, assim como o desprezo por tudo com que se identificada como feminino (...)" (Roces, I. & Montiel, M. ,2011:47).



Figura 1. Porcentagem de população, com ensino superior completo, conforme o sexo, grupos de idade e mais de 25 anos. Fonte: IBGE (2018).

O olhar da agroecologia⁶ em relação às comunidades camponesas supera o etnocentrismo que distorce o olhar ocidental. Partindo de uma concepção crítica como proposta civilizacional de desenvolvimento, a agroecologia propõe o diálogo de saberes entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico camponês, pela busca de alternativas produtivas e socioculturais no combate à fome e a pobreza. Por outro lado, a proposta agroecológica implica uma nova ética ecológica

⁶ A agroecologia é uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir autorregulação e conseqüentemente sustentabilidade (ASSIS, 2002) e fundamenta-se na perspectiva de “transformação da sociedade” para mudar as relações de produção no campo (DUARTE, 2009).

que, diante do antropocentrismo dominante na visão ocidental, propõe uma visão biocêntrica⁷ (Roces, I. & Montiel, M., 2011).

Como movimento social e político, o termo agroecologia abrange posturas críticas ao modelo dominante de desenvolvimento agrícola. Nessa perspectiva, critica severamente a política de acesso à terra, às formas tecnológicas modernas de produção agrícola. A agroecologia busca novas formas de produzir alimentos saudáveis para todas as populações (Leon-Sicard, T., 2019), em igualdade de condições na perspectiva de gênero.

Este artigo demonstra, através de diversas experiências femininas, no município de Nova Friburgo, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, Brasil, que ocorreram mudanças para um modo de produção com melhor relação com a natureza, com forte protagonismo feminino, determinando o desenvolvimento de propostas agroecológicas e de atividade cidadã nas organizações sociais, com decorrente resgate da autoestima e melhoria das condições sociais das famílias agricultoras.

MÉTODO

O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que constitui estratégia para investigação de acontecimentos contemporâneos, buscando compreender com maior detalhamento e profundidade, dentro do seu contexto da vida real, fenômenos sociais complexos, quando não há manipulação de comportamentos relevantes, e os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2005). Deve estar baseada em diversas fontes, além de encontrar sustentação na construção prévia de proposições teóricas para realização das etapas de coleta e análise de dados (VERGARA, 2010).

A pesquisa teve caráter qualitativo e fez uso de método indutivo, compreendendo etapas de observação; registro dos fatos; análise e classificação; e derivação indutiva de generalização a partir dos fatos e verificação, através de entrevista semiestruturada. Em um primeiro momento realizou-se revisão bibliográfica. Por

⁷ Riechman, Jorge (2000). Cuidar la tierra. Políticas agrarias y alimentarias sostenibles para entrar en el siglo XXI. Barcelona: Ed. Icaria.

fim, ocorreram as entrevistas com atores participantes dos processos de organização social e desenvolvimento rural na área de estudo.

Características da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro – destaque para Nova Friburgo

Segundo López Netto (2013), a Região Serrana do estado do Rio de Janeiro caracteriza-se por relevo montanhoso, solos pouco profundos e intemperizados, clima propício à olericultura caracterizado como tropical úmido e tropical de altitude. Os remanescentes da Mata Atlântica, que são expressivos na região, desempenham papel importante na infiltração e retenção de água de chuva e abastecimento das bacias hidrográficas. As atividades agrícolas ocupam as restritas planícies fluviais e as baixas vertentes menos declivosas do domínio montanhoso. Os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis apresentam o maior número de estabelecimentos rurais, e nesses a predominância e da economia familiar, 1.607 e 2.726, respectivamente (INCRA, 2010). As unidades produtivas empregam intensivamente tecnologias da agricultura industrial, notadamente fertilizantes sintéticos concentrados e agrotóxicos (Antonio et al., 2019). Estudos realizados na região mostram que o uso generalizado dos agrotóxicos tem levado a vulnerabilidade social e acentuado processo de degradação ambiental, que compromete a capacidade produtiva das unidades familiares. Altos níveis de erosão são verificados em decorrência do uso generalizado de práticas pouco conservacionistas, levando ao aumento dos riscos econômicos, somados aos altos custos de produção e à incerteza dos preços dos produtos agrícolas (Assis, R. & Aquino, A., 2010).

O município de Nova Friburgo, localizado na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, situado na porção centro-norte do estado, ocupa área total de 933,4 km², com oito distritos e 182.082 habitantes, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Além da atividade agrícola, possui atividades industriais, especialmente metal-mecânica e moda íntima, atividades de comércio, de prestação de serviços e turismo (Barros, R., 2004). As unidades de rurais de produção, com uma área média de 13 ha, ocupam uma área total aproximada de 21.000 hectares. Os(As) produtores(as) envolvidos(as) na produção

agropecuária, 90% são agricultores(as) familiares e desses(as) 45% são de mulheres, compreendendo proprietários(as), parceiros(as), arrendatários(as) e posseiros(as).

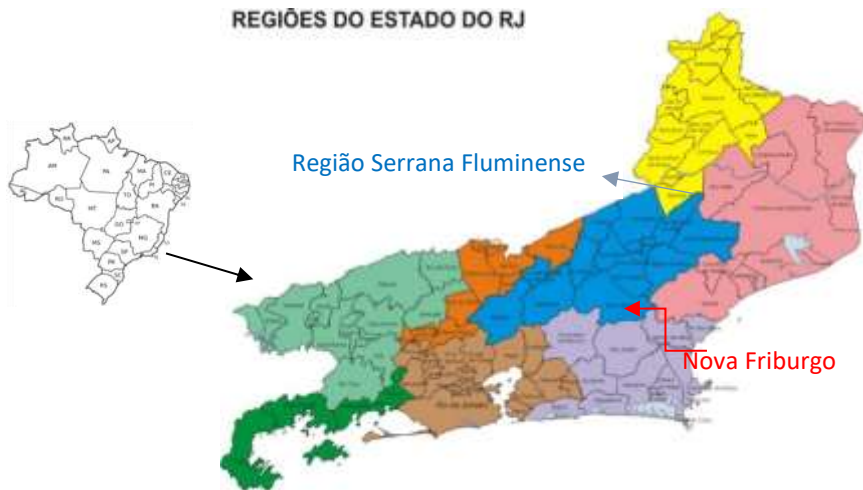


Figura 2. Localização do município de Nova Friburgo na Região Serrana Fluminense.
Fonte: Regiões Estaduais (2015).

Em Nova Friburgo, no distrito de Campo do Coelho, localiza-se o conjunto de montanhas denominada de Três Picos, que com 2.316 metros de altitude em seu Pico Maior, constitui o ponto culminante da Serra do Mar, cadeia de montanhas que se estende na faixa litorânea do Brasil, desde o Sul, até o Sudeste do país (INEA, 2009).

As primeiras famílias de colonos que se estabeleceram em Nova Friburgo foram de portugueses, ainda no século 18, em fazendas com produções de pouca expressão. Posteriormente, no início do século 19, com a mudança da corte portuguesa para o Brasil, o rei D. João VI promove uma série de ações visando melhorar a estrutura da cidade do Rio de Janeiro, então capital do reino de Portugal. Isso incluiu a necessidade de melhorar o abastecimento de alimentos para sua população. Assim, em 1819, chegou a Nova Friburgo um contingente de suíços que se constituíram nos primeiros imigrantes não portugueses autorizados a entrar no território brasileiro. Pouco depois, em 1823, já com o Brasil independente, chegaram imigrantes alemães

e, já no final do século 19 e início do século 20, chegaram também imigrantes italianos, libaneses, austríacos e japoneses (FROSSARD, 2014).

O evento climático extremo de janeiro de 2011 e as políticas públicas – o papel preponderante da mulher rural

As regiões montanhosas são particularmente sensíveis às mudanças por causa do relevo, dos solos rasos e da variabilidade geológica. As consequências se intensificam em muitos lugares do planeta e a região sudeste do Brasil, caracterizada pela presença expressiva de ambientes de montanha, vem sofrendo com frequência. Durante os dias 11 e 12 de janeiro de 2011 a Região Serrana do estado do Rio de Janeiro foi gravemente atingida por intensa precipitação pluviométrica, provocando inúmeros deslizamentos de terra e inundações, que ocasionaram a morte de aproximadamente mil pessoas, deixando centenas de desaparecidos, destruindo pontes, estradas, construções rurais, plantações e moradias, desabrigando e desalojando mais de 29.000 habitantes nas zonas urbanas e rurais (Busch, A.& Amorim, S., 2011), constituindo o maior desastre ambiental brasileiro (López Netto, 2013), no qual o impacto foi maior respectivamente nas cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis (Monteiro, 2014). As famílias da região vivenciaram então, de forma abrupta, sem precedentes, o efeito das mudanças climáticas.



Figura 3. Municípios da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro (RJ), mais atingidos pelas chuvas de janeiro de 2011: Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.

Fonte: SEAEPEC (2013).

Porém, as causas não foram apenas de responsabilidade das Mudanças Climáticas. As vulnerabilidades socioambientais na área de estudo foram decorrentes, muitas

vezes, devido as famílias viverem em áreas de risco, como beira de rios e encostas íngremes, que pela legislação ambiental são áreas de preservação permanente, apesar de alguns não tiveram escolha. Assim como o modelo de produção convencional, que degrada, polui e expõe o solo, reduz a agrobiodiversidade, favorecendo os efeitos nefastos das fortes chuvas.

A área rural contabilizou perdas expressivas no setor agrícola. Em Nova Friburgo mais de 60% das áreas atingidas estavam cultivadas com olericultura. Estima-se que a perda de áreas exploradas com esta atividade tenha superado 1.500 hectares. O diagnóstico da Secretaria de Agricultura e Pecuária do estado do Rio de Janeiro, SEAPEC-RJ (2011) estimou que 1.400 ha sofreram erosão laminar superficial e em 900 ha formaram-se voçorocas.

Logo após esse evento climático extremo, a SEAPEC-RJ atuou por meio de ações emergenciais e, ainda, atualmente, continua colaborando na recuperação e reestruturação das áreas agrícolas afetadas pelas chuvas de janeiro 2011. O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (RIO RURAL Emergencial) garantiu recursos não-reembolsáveis, captados junto ao Banco Mundial, para o desenvolvimento de ações voltadas para atendimento as famílias rurais mais atingidas pelo evento climático extremo (Monteiro, 2014). Esses recursos foram aplicados principalmente para minimizar os prejuízos e evitar o abandono das áreas agrícolas. Porém, contribuíram também para o reordenamento do uso do solo, com incentivos à adoção de práticas agroecológicas e ambientais.

Assim, com a disponibilização de recursos financeiros⁸ que não podiam ser utilizados na aquisição de agrotóxicos e adubos químicos solúveis, foi possível contribuir com a mudança para sistemas agrícolas mais resilientes às mudanças climáticas, em comparação com as práticas convencionais.

Fato marcante no período foi o uso de plantas de cobertura do solo, principalmente aveia-preta (*Avena sativa*), que, somente em Nova Friburgo, ocorreu em mais de 600

⁸ Com os recursos do RIO RURAL Emergencial foram atendidas 1911 famílias agricultoras na região, sendo 1114 de Nova Friburgo, com R\$14 milhões disponibilizados, sendo R\$8,4 milhões para Nova Friburgo (SEAPEC-RJ, 2013).

sistemas de produção familiares. Todo o processo teve a participação efetiva dos Comitês Emergenciais (COEM), formados por representantes comunitários, com participação expressiva de mulheres, em trabalho conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO), empresa subordinada à SEAPEC-RJ, e técnicos(as) agrícolas egressos(as) de colégio agrícola de nível médio, denominado Centro Escola Família de Formação por Alternância Colégio Estadual Agrícola (CEFFA CEA Rei Alberto I), localizado em Nova Friburgo, para apoiar as famílias rurais mais afetadas, com recursos do Programa RIO RURAL Emergencial.

Destaca-se aqui a participação em todas as reuniões comunitárias das técnicas agrícolas, filhas de famílias agricultoras, contratadas para trabalho de apoio a EMATER-RIO coordenado por uma agricultora e bióloga, que possibilitou divulgar amplamente no meio rural em questão as possibilidades de apoio do RIO RURAL Emergencial, bem como o planejamento das ações relativas as visitas às propriedades para elaboração dos projetos das unidades de produção a serem atendidas.

O desastre natural afetou as relações sociais dos grupos da região, de maneira inédita, fortalecendo relações solidárias e coletivas nas comunidades analisadas. De acordo com Galliez (2014), os relatos das famílias agricultoras são precisos em afirmar uma diferença de comportamento com a ocorrência do desastre ambiental. A pronta ação de uma governança temporária (Comitê Emergencial) contribuiu para trazer benefícios com incentivos financeiros as famílias, dando condições para que essas voltassem a produzir e melhor assim sua condição. O caos decorrente do desastre nas microbacias foi “rápido e o povo se virou...”, e rapidamente o estilo de vida voltou. “A força da mulher, a união! O povo se uniu muito mais; foi o mais positivo do desastre”.

Nesse período ocorreu também o Projeto Quintais Agroecológicos, com apoio da KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, organização não governamental constituída por pessoas com diferentes tradições religiosas, que capacitou exclusivamente mulheres para promover segurança alimentar às famílias, com a realização de oficinas de manejo agroecológico de pragas e homeopatia; distribuição de mudas; palestra sobre Mercado Institucional; reuniões de avaliação do Projeto

Quintais Agroecológicos pelos parceiros (KOINONIA, Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - MAPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-RIO, Associação Agroecológica de Teresópolis - AAT, Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Rio Grande) e beneficiárias (Pegorer, A., 2012).

Em seguida, a partir de 2013, o Programa Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (RIO RURAL) continuou sendo conduzido no estado do Rio de Janeiro pela SEAPEC-RJ, através de sua Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SEAPEC/SDS) e suas empresas vinculadas: EMATER-RIO e PESAGRO-RIO, com apoio de parceria com empresa federal, qual seja a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia com o Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA - EMBRAPA Agrobiologia), localizado em Nova Friburgo. Para a execução do Programa foram constituídas ainda parcerias logísticas com prefeituras municipais, associações de agricultores e iniciativa privada. O objetivo geral do programa, nessa nova versão, foi promover o desenvolvimento sustentável pelo aumento da produtividade agrícola com sustentabilidade socioambiental das comunidades de agricultores familiares (SEAPEC-RJ, 2012).

As comunidades envolvidas no Programa Rio Rural em Nova Friburgo conseguiram diagnosticar os principais problemas das microbacias com clareza, demonstrando a importância de ouvir os atores locais. Isso foi possível devido a construção do Comitê Gestor de Microbacia (COGEM) com representatividade nas microbacias (Galliez, I., 2014). No período de outubro de 2013 a outubro de 2016, agricultores(as) do município foram apoiados(as) com R\$993.577,94 aplicados em diversas práticas incentivadas, com destaque para cinco práticas agroecológicas mais demandadas pelas 631 famílias agricultoras atendidas nessa fase do Programa: adubação verde; rotação de culturas; cultivos consorciados; cultivo mínimo/plantio direto; e sistemas agroflorestais (Tabela 1).

A elaboração dos projetos, prestação de contas dos recursos recebidos e orientação de implantação, ocorreram com a estratégia de contratação, pelos agricultores beneficiados, de técnicos(as) agrícolas egressos do CEFFA CEA Rei Alberto I, em ação coordenada pelos extensionistas rurais do escritório local da EMATER-RIO.

A partir da experiência bem-sucedida em Nova Friburgo, outros nove municípios da região e alguns de outras regiões também utilizaram a mesma estratégia. Destaca-se ainda que dos onze técnicos contratados em Nova Friburgo, sete foram mulheres, escolhidas em processo de seleção, com prova teórica e prática, as quais com suas atuações posteriores, contribuíram para dirimir ideia geral, presente no meio de trabalho local, de dar sempre preferência para técnicos agrícolas do sexo masculino.

Tabela1 – Incentivos disponibilizados pelo Programa Rio Rural para cinco práticas agroecológicas no município de Nova Friburgo, relativo ao período de outubro/2013 a outubro/2016.

Práticas agroecológicas apoiadas	Número de famílias beneficiadas	Recursos liberados (R\$)	Valor médio acessado por beneficiário (R\$)
Adubação Verde	321	619.851,17	1.931,00
Rotação de Culturas	97	96.336,27	993,15
Cultivos Consorciados	80	122.474,00	1.530,92
Cultivo mínimo/plantio direto	72	76.305,00	1.059,79
Sistemas Agroflorestais	61	78.611,50	1.288,71
Total	631	993.577,94	-

Fonte: elaborado a partir da EMATER-RIO, 2016.

Iniciado em 1991, o Encontro da Mulher Rural, completou esse ano a 28ª edição. Organizada nos primeiros anos por extensionista rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO), o objetivo sempre foi o de divulgar conhecimentos de interesse da mulher rural, políticas públicas e momento de lazer. Hoje já faz parte do calendário de eventos da cidade, que disponibiliza transporte público para viabilizar o deslocamento das mulheres de todas as comunidades rurais do município, reunindo anualmente cerca de 700 trabalhadoras do campo.

Antes do evento climático extremo as Associações de agricultores(as) não se reuniam por motivações políticas e de administração da vida pública e quando ocorria havia pouca participação, tanto de homens quanto de mulheres. Após o evento climático extremo, em função da gravidade e da necessidade de salvaguardar a família, houve grande envolvimento das mulheres nas reuniões das associações, mais do que de homens, assim como nos COEM. Com isso, começaram a ocupar

papel de destaque, nas organizações sociais, como nas Associações de: Pilões, criada após o evento climático extremo, com a eleição de uma presidente, que foi depois foi reeleita; Barração dos Mendes, que já tinha uma presidente, que foi então reeleita e sucedida por outra mulher; Rio Grande, cuja associação foi reativada com a eleição e reeleição de uma mulher para presidência, para em seguida ter a eleição de outra mulher; Amparo, que também elegeu e reelegeu uma mulher para a presidência da Associação. Esses são exemplos do protagonismo da mulher e esse papel de liderança não ocorreu apenas em organizações com participação majoritária de mulheres, mas também nas demais organizações, com realização de trabalho de base, gestão de recursos públicos, conforme exemplificado a seguir no relato de uma dessas lideranças:

“(...) Na comunidade Rio Grande, onde resido, havia uma Associação parada 6 a 7 anos, e entendia a importância de reativá-la. Assim, depois de passar pelo processo da regularização, assumi a presidência, exercida por dois mandatos, total de quatro anos. Hoje temos local próprio, bem estruturado, com local para reunião, agroindústria com câmara fria, e entreposto para comercialização. Depois apoiei a Associação Serra Nova, junto à EMATER-RIO, para fornecer alimentos às escolas do município, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (...)” (Relato de entrevista).



Figura 4: Visão geral da área de produção da comunidade Rio Grande e ao fundo conjunto de montanhas denominada de Três Picos, município de Nova Friburgo. Fonte: Renato Linhares de Assis.

Outro exemplo a ser destacado, ocorreu na localidade de Conquista, em que mulheres se uniram, observando a possibilidade de comercializarem suas produções através de uma política pública federal: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse programa possibilita que o governo federal adquira alimentos de organizações da agricultura familiar para atender creches, asilos e instituições que atendem pessoas carentes. Assim, criaram a Cooperativa da Mulher Rural, com 22 mulheres, que hoje vem acessando também outras políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para fornecimento de alimentos às escolas municipais e estaduais, de Nova Friburgo e municípios vizinhos.

Pela experiência na atuação pós-evento climático extremo, algumas técnicas agrícolas egressas do colégio agrícola de nível médio, CEFFA CEA Rei Alberto I, ocuparam e continuam ocupando cargos de destaque, a saber: Cooperativa de Crédito Rural Cresol; escritório avançado da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Friburgo para apoio às famílias agricultoras; e Sindicato dos Agricultores Familiares. O Conselho dos Dirigentes das Organizações de Agricultores Familiares de Nova Friburgo (CONRURAL), espaço de construção, interação, debate, proposição e elaboração de demandas comunitárias, que se reúnem de dois em dois meses, alternando com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), é presidido, em seu segundo mandato, por aluna egressa do colégio agrícola citado.

Há também o protagonismo das mulheres nas experiências de sucesso com agricultura orgânica em Nova Friburgo. Destaca-se a experiência iniciada em 1993 de uma família, então um casal com filha pequena, em uma unidade de produção com 38 ha (6 ha em produção e 32 ha em mata nativa). Devido ao pioneirismo, tiveram que aprender testando com erros e acertos. Hoje, com o pai falecido, mãe e filha, ambas com mestrado em Agricultura Orgânica, coordenam uma produção diversificada, com destaque para hortaliças: tomate, cenoura, cebola, beterraba, rúcula, salsa, alface (32 tipos), brócolos, feijão vermelho, milho, batata doce, ovo caipira, entre outros produtos. São referência em agroecologia e estão sempre dispostas a receber grupos para passarem o conhecimento que construíram juntas. Esse ano, no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, as duas foram homenageadas, sendo veiculadas as experiências delas em diversas mídias, TV, sites, jornais e revistas.

Outra iniciativa importante, com o objetivo de gerar oportunidades às famílias que trabalham com agroturismo, foi desenvolvida pela Associação dos Criadores e Promotores de Saberes e Práticas Sustentáveis - Casa dos Saberes, coordenada por uma mulher empreendedora. O projeto denominado Altos da Serramar – Circuitos de Agroturismo, envolve 38 famílias agricultoras, com maior participação de mulheres. A área de abrangência dessa iniciativa é privilegiada, com Mata Atlântica bem preservada, sendo as localidades com maior biodiversidade de Nova Friburgo. Ocorrem reuniões frequentes, com troca de saberes e venda de produtos entre os membros. Está sendo viabilizado, com essa iniciativa grupal, uma renda complementar para as famílias.

Por fim, vale lembrar que as políticas ou programas públicos foram conquistados pelas mulheres rurais. Elas foram à luta, possibilitando o acesso aos recursos dos financiamentos, tanto às mulheres quanto aos homens.

CONCLUSÕES

Este estudo de caso mostra que o empoderamento das mulheres rurais do município de Nova Friburgo, demonstrado com o protagonismo, construído a partir do aprendizado que buscaram após a ocorrência do evento climático extremo ocorrido em janeiro de 2011. O entendimento dos riscos e vulnerabilidades, permitiu maior inserção social das mulheres e o (re)descobrimto de suas potencialidades. Assim, foi possível contribuir no processo de luta pela sustentabilidade ambiental e econômica, entendendo esse como um processo social de construção de conhecimentos acerca de práticas agroecológicas de produção de alimentos, com uma lógica de contínuo aprimoramento das organizações sociais das famílias agricultoras. Com isso, exercitou-se uma forma de resistência e de fortalecimento da agricultura familiar camponesa, que é potencializada a partir de arranjos institucionais inovadores, como as organizações sociais com presença ativa de mulheres, que permitiu conectar as famílias agricultoras com o poder público em geral e especificamente com a pesquisa participativa, extensão rural coletiva e assistência técnica em agroecologia, condição indispensável para que a estratégia agroecológica seja empregada no desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas.

BIBLIOGRAFIA

Antonio, G., Assis, R., Aquino, A., Rifan, A. & Pinto, M. (2019). The adoption of green manure processes applied to vegetable cultivation systems in mountainous environments of Rio de Janeiro State, Brazil. *Open Agriculture*, (4), 446-451.

Assis, R. (2002). Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas, *Tese* (150), Doutorado em Economia Aplicada – Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Barros, R. (2004). Agricultura e sustentabilidade ambiental: a qualidade da água dos rios formadores da bacia do Rio Grande - Nova Friburgo/RJ, *Tese* (244). Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Busch, A.; Amorim, S. (2015). Tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011: procurando respostas. *ENAP: Casoteca de gestão pública*. Recuperado de <http://casoteca.enap.gov.br/>

CEDAW (1979). Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer. Recuperado de <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/25000-29999/26305/norma.htm>

Duarte, L. (2009). Transição agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceará. *Dissertação*. Mestrado. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará.

Dicio (2019). *Dicionário online de português*: definição de antropocêntrico, etnocentrismo e androcentrismo. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>

EMATER-RIO/SEAPEC. (2016). Subprojetos da região serrana até 09-12-2016. Niterói: *planilha eletrônica*.

Frossard, A. C. (2014). Pedagogia da alternância e articulação dos agentes formativos de técnicos em agropecuária: interação entre educação do campo e desenvolvimento rural sustentável em Nova Friburgo (Brasil) e Lobos (Argentina). *Tese*. (171 p.). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Galliez, I. L. W. (2014). O protagonismo e o Rio rural: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. *Dissertação*. (15-19, 49-51). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

IBGE (2018). Estatísticas de gênero. Estudos e Pesquisas • *Informação Demográfica e Socioeconômica n.38*. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio de Janeiro: *Censo, 2010*. Recuperado de <http://censo2010.ibge.gov.br/>

INAM (2018). Instituto Nacional de las Mujeres. Observatorio Nacional de Violencia contra las Mujeres. *Mujeres rurales y violencia de género: Una aproximación desde la Línea 144*. Recuperado de mujeresruralesyviolenciadegenero.pdf

INCRA (2010). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Disponível em: <http://200.252.80.30/sade/>.

- INEA. Instituto Estadual do Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadual dos Três Picos*. [CD-ROM]. 2009.
- ISP (2017). Instituto de Segurança Pública/RJ. *Denúncias de violência contra a mulher*. Recuperado de <http://www.isp.gov.br>
- Leon-Sicard, T. (2019). La dimensión simbólica de la agroecología, en: *Revista de la Facultad de Ciencias Agrarias*, n. 51(1), pp. 395-400. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo.
- López Netto, A. (2013). Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina, *Tese*, (46-47)., UFRRJ: Seropédica.
- Monteiro, J. (2014). Lições aprendidas sobre como enfrentar os efeitos de eventos hidrometeorológicos extremos em sistemas agrícolas, en: *Embrapa Solos. Documentos*, 177, Rio de Janeiro: Embrapa Solos.
- Naciones Unidas (2015). ONU Mujeres: El empoderamiento de las mujeres rurales a través de los ODS. Recuperado de <http://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/en-la-mira/rural-women-food-poverty>
- Pegorer, A. (2012). Projeto Quintais Agroecológicos. Igreja Messiânica/Koinonia, en: *Relatório. Técnico*. Niterói: PESAGRO-RIO.
- Plataforma Agenda 2030. (2015). 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Recuperado de <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/5/6/>
- Regiões Estaduais (2015). Recuperado de <https://www.google.com/search?q=região+serrana+fluminense&sxsrf=ACYBGNS8>
- Roces, I., Montiel, M. (2010). Mujeres, agroecología y soberanía alimentaria en la comunidad Moreno Maia del Estado de Acre. Brasil, en: *Investigaciones Feministas*, vol 1, 43-65. Recuperado de [mujeres_agroecologia M. Soler.pdf](#)
- Rojas, J., Rodriguez Ruarte, M. & Tejada, D. (2017). Unidad ambientada: una aproximación la actividad de agricultores familiares sanjuaninos – departamento de Pocito, en G. Pastrán et al. Memorias de las III Jornadas Nacionales de Ecología Política. *Libro digital*, 1a ed. San Juan: Editorial UNSJ. Recuperado de [Memorias3JornadasEcologiaPolitica.pdf](#)
- Saffioti, H. (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. São Paulo: *Lutas Sociais*, (2), 59-79.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: *Educação e Realidade*, 20 (2), 71-99.
- SEAPEC. (2011). Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária. Agricultura Emergência - Diagnóstico do impacto das chuvas nas áreas agrícolas da região serrana do estado do Rio de Janeiro. *Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro-RIO RURAL-BIRD*. (13). Niterói: Seaptec.

SEAPEC. (2013). Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária. Programa Rio Rural BIRD - Relatório de Atividades. *Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro-RIO RURAL-BIRD*. (23). Niterói: Seapec.

Tecla Mulher (2018). *Artigos*. Recuperado de <http://teclmulher.com.br/artigo,34,violencia-contra-mulheres-nos-municipios-de-nova-friburgo-teresopolis-e-petropolis>. Html

Vergara, S. (2010). Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas.

Yin, R. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.

LOS AUTORES

Gerson ANTONIO é Engenheiro Agrônomo, atua nas áreas de assistência técnica, extensão rural, organização comunitária, capacitação de agricultores e práticas sustentáveis. Possui mestrado profissional em agricultura orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em parceria com a Embrapa Agrobiologia (2017). É estudante de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA), Programa Binacional - UFRRJ e UNCuyo, iniciado em 2018. Atualmente exerce a função de Gerente Técnico - Regional Serrano, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO).
gersonyunes@yahoo.com.br

Carolina BRAGA é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2004), pós-graduação em Meio Ambiente pela COPPE/UFRRJ (2009), mestre em Ciências Sociais CPDA/UFRRJ (2009), doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2012-2016). Experiência nas áreas de Antropologia do Estado e do Setor Elétrico. Atualmente motivada pela análise das práticas administrativas do planejamento energético no tratamento das questões indígenas em processos de licenciamento ambiental.

carolina.heliadora@yahoo.com.br

Renato ASSIS é graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1984), mestrado em Agronomia (Ciências do Solo) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Atualmente é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), junto ao Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, atuando no Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores da Região Serrana Fluminense, e professor do programa de mestrado de Agricultura Orgânica - associação entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Embrapa Agrobiologia, bem como do programa de doutorado binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidad Nacional de Rio Cuarto na Argentina. Tem experiência na área de Agroecologia, com ênfase em Desenvolvimento Rural, atuando principalmente com os seguintes temas: agricultura de montanha, agricultura familiar, agricultura orgânica, processos participativos de construção de conhecimentos, avaliação da sustentabilidade agrícola e políticas públicas.

renato.assis@embrapa.br

Adriana AQUINO é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1986) e em Licenciatura em Ciências pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (1985), mestrado em Agronomia (Ciências do Solo) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1990) e doutorado em Agronomia (Ciências do Solo) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995). É pesquisadora A da Embrapa Agrobiologia, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica e no Programa de Doutorado Binacional (Brasil e Argentina) em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária. Orienta alunos de mestrado e de doutorado. Atua na área de agricultura orgânica com ênfase em vermicompostagem e em Agricultura de Montanha. Vem coordenando projetos de pesquisa e desenvolvimento. Desde 2018 vem atuando no Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores em Nova Friburgo, RJ. É membro do INOVAFRI, um esforço comum para pensar ações de inovação e tecnologia para o ecossistema do Estado do Rio de Janeiro. Membro fundador da Rede de Fomento à cultura do Lúpulo da Região Serrana Fluminense.
adriana.aquino@embrapa.br